

A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL: MILTON FRIEDMAN E A NEGAÇÃO DA OMNILATERALIDADE

Jorge Luís Mazzeo Mariano, Elaine Gomes Ferro

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP. jorgemariano86@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho buscou discutir como a obra *Capitalismo e Liberdade* (1962), de Milton Friedman, aborda a educação no contexto do Neoliberalismo. Onde esse mesmo autor discute como era o financiamento estatal da educação e propõe uma nova forma de distribuição do dinheiro, tudo à maneira neoliberal, o que, em sua concepção, garantiria mais igualdade de oportunidades. Entretanto, não é o que o decorrer da proposta demonstra, uma vez que a omnilateralidade humana é trocada pela unilateralidade, contrariando todas as concepções humanistas de educação.

Palavras-chave: capitalismo; neoliberalismo; omnilateralidade.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho é fruto de uma análise elaborada a partir de um recorte da obra *Capitalismo e Liberdade* (1962) escrita pelo economista estadunidense Milton Friedman, em que defende um modelo de educação baseado no Neoliberalismo. Quanto à relevância dessa pesquisa apontamos necessidade de se discutir à educação em seu contexto político e social, pois como indica Freire (1989) não existe neutralidade política no processo educativo.

Friedman foi um economista de grande projeção, tendo inclusive ganhado o prêmio Nobel no ano de 1976. Era um árduo defensor da liberdade econômica e da democracia, bem como do neoliberalismo, muito embora não utilizasse essa nomenclatura, declarando-se apenas liberal.

Em sua obra *Capitalismo e Liberdade* (1962), mais precisamente no capítulo VI, intitulado *Papel do Governo na Educação*, Friedman discute como era o financiamento estatal da educação e propõe uma nova forma de distribuição do dinheiro, tudo à maneira neoliberal, o que, em sua concepção, garantiria mais igualdade de oportunidades. Entretanto não é o que o decorrer da proposta demonstra, uma vez que o homem omnilateral é trocado pelo homem unilateral, contrariando todas as concepções humanistas de educação.

OBJETIVO

O objetivo geral deste artigo é apresentar considerações a respeito do modelo de educação proposto por Milton Friedman em sua obra *Capitalismo e Liberdade* (1962), contrapondo-o com modelos humanistas de educação.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia partimos de uma análise bibliográfica da obra *Capitalismo e Liberdade* (1962) de Milton Friedman, em que buscamos problematizar o capítulo VI em que o autor trata do financiamento da educação no contexto Neoliberal.

DISCUSSÃO

Para entender a proposta de Friedman é necessária uma breve explanação sobre o neoliberalismo¹. O programa neoliberal fica pronto por volta do ano de 1945 com a formulação das teses do “Estado Mínimo” e com um controle rigoroso da inflação, para evitar um solapamento dos lucros capitalistas. Apesar de sua criação no início do século XX, os países mais desenvolvidos economicamente — EUA e Inglaterra — somente viram a necessidade da aplicação do programa neoliberal muitos anos mais tarde. Uma explicação para esse fato é que o “Estado de bem-estar social” (Welfare State) que se estabeleceu após a II Guerra Mundial, que garantia serviços públicos e proteção à população onerou demais o Estado. Para dar conta de arcar com os custos que demandavam do oferecimento desses serviços, os governos fabricavam mais papel moeda, o que, como o passar dos anos, elevou a inflação a níveis muito altos.

Somada à inflação dos países desenvolvidos houve a crise petrolífera que endividou os países subdesenvolvidos, resultando na aderência, no final da década de 1970, ao programa neoliberal pelo governo inglês e pelo estadunidense. Aliada ao neoliberalismo despontou a revolução técnico-científica, que reduziu o operariado e dotou os capitalistas com argumentos suficientes para ameaçar utopicamente uma suposta desvinculação da mão-de-obra humana do processo produtivo.

É em meio a esse contexto que Friedman elabora a sua proposta de financiamento da educação. O economista critica o fato de a educação ser financiada quase que totalmente pelo governo ou por entidades sem fins lucrativos. Diz que do modo que a educação estava não tinha

¹ Algumas das medidas adotadas pelo programa neoliberal são: o “afastamento do Estado em relação às atividades econômicas, bem como a realização de inúmeras reformas institucionais que permitissem a livre competição e a livre circulação dos capitais, de forma que a única ação reguladora possível fosse a do mercado. Privatização de todos os setores da economia nacional, transferência de serviços públicos ao setor privado, desregulamentação do sistema financeiro, redução dos encargos e direitos sociais como um todo, redução dos gastos governamentais, entre outras, são algumas das principais propostas do neoliberalismo. Cf. http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_neoliberalismo1.htm#_ftn1.

como se exigir um retorno, uma compensação pelos investimentos realizados com a formação de cada um. O que incomodava a sua análise neoliberal era o fato de não se poder taxar os serviços usufruídos por quem recebia a educação. Desta maneira, a sua insistência em todo o capítulo é como o financiamento deve se dar de modo a preparar o indivíduo para o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, busca apresentar um modo de transformar a educação em mercadoria sujeita a todos os ditames do mercado neoliberal.

Segundo a proposta neoliberal, o Estado não mais administraria e nem sequer financiaria as instituições escolares. Friedman defendia a idéia de que a incumbência do governo seria exigir um mínimo de instrução e que, para tanto, dotaria os pais com recursos necessários para pagar pela educação de cada filho/a em instituições aprovadas pela inspeção governamental. Seria facultado aos pais o direito de adicionar aos recursos que o governo lhes provesse, qualquer outro recurso próprio, que pudesse favorecer a escolha de uma instituição educacional que fosse mais conveniente para as suas necessidades. Deste modo, o preceito neoliberal do “Estado Mínimo” se efetivaria na área educacional, uma vez que não existiriam mais instituições administradas pelo Estado, mas unicamente instituições privadas que seriam fiscalizadas pelos governos.

Outro preceito neoliberal que fica bem explícito nesta obra de Friedman é o de *Capital Humano*. A teoria do Capital Humano foi formulada por Theodore W. Shultz e, basicamente, pode ser entendida como uma forma de investimento na educação de modo que esta alavanque a economia. Já que a educação era entendida como uma espécie de “mola propulsora” da economia, ela deveria subordinar-se à lógica que determina o crescimento econômico da sociedade capitalista.

Os investimentos na instrução não podem ser minimizados; muito ao contrário, são de tal magnitude que alteram, radicalmente, as estimativas, geralmente aceitas, do total das poupanças e da formação dos capitais, que estão em curso. Deverão ser reformulados os conceitos estabelecidos com relação aos elementos de formação do pagamento e salários (renda relativa), à distribuição da renda por pessoa e às fontes de crescimento econômico (SHULTZ, 1973, p. 26).

Contudo Friedman, ao defender os investimentos em Capital Humano, admite o alto risco deste financiamento, dado que este pode não trazer o retorno financeiro equivalente ao que obteria se se investisse em capital constante para uma indústria, por exemplo.

O investimento em seres humanos não pode ser financiado nos mesmos termos ou com a mesma facilidade do investimento em capital físico, e é fácil perceber por quê. (...) A produtividade do capital físico não depende em geral da cooperação de quem tomou emprestado. A produtividade do ser humano está evidentemente presa a essa dependência. Um

empréstimo para financiar o treinamento de um indivíduo, que não tem nada a oferecer a não ser os seus ganhos futuros, é, portanto, bem menos atrativo do que um empréstimo para financiar a construção de um prédio — a garantia é menor, e o custo do recolhimento dos juros e do principal é bem maior (FRIEDMAN, 1984, p. 94).

Uma questão se apresentava para Friedman: era necessário o investimento em Capital Humano, mas não havia garantias de que essa aplicação traria um retorno lucrativo. É neste ponto que a face nefasta e anti-humana do neoliberalismo aparece. O autor chega às raízes de pensar na escravidão como forma de garantir um retorno financeiro ao investimento. Porém, Friedman admite que essa saída ainda não garantiria segurança, então recomenda que deveriam existir contratos para assegurar que os financiadores receberiam parte do salário dos/das financiados/as depois que estes/as já estivessem no mercado de trabalho, tornando esses/as trabalhadores/as “escravos/as parciais”.

Num Estado em que não existe escravatura, o indivíduo que representa o investimento não pode ser comprado ou vendido. Mesmo se pudesse, a segurança não seria a mesma. (...) o investidor em educação “compraria” parte dos ganhos futuros do indivíduo; os fundos necessários a seu treinamento lhe seriam fornecidos com a condição de que concordasse em pagar ao investidor determinada frações de seus ganhos futuros. (...) Parece não haver obstáculo legal aos contratos privados desse tipo, mesmo economicamente equivalentes à compra de uma participação na capacidade de ganho do indivíduo, e, portanto, eles podem ser considerados *escravidão parcial* (FRIEDMAN, 1984, p. 94-9, grifo nosso).

Olhando com atenção o texto de Friedman, é possível notar que essa última proposição feita por ele é apenas o complemento de uma observação que é feita logo no terceiro parágrafo de seu texto: “(...) é importante distinguir entre ‘instrução’ e ‘educação’. Nem toda instrução está relacionada com educação, e nem toda educação, com instrução” (FRIEDMAN, 1984, p. 81). Lá Friedman deixa bem claro que, em sua concepção, educação é uma coisa e instrução é outra. Decreta sua concordância com a mutilação da omnilateralidade humana, pois separa as artes do falar e do fazer.

A distinção que se estabeleceu entre educação e instrução denota uma visão elitista da escola, uma vez que separa a formação propedêutica da profissional (BITTAR; FERREIRA, 2008). A história da educação elucida qual é a finalidade desta dicotomização: educação humanística, ensino superior e artes liberais para os filhos das elites; ensino elementar e instrução nas artes mecânicas para os filhos dos trabalhadores. Com os estudos que André Petitat fez sobre o

nascimento do ensino técnico na Europa, essa separação entre artes liberais e artes mecânicas fica bem clara:

O interesse de Diderot e D'Alembert pelos ofícios volta-se mais para procedimentos técnicos do que para o próprio artesanato. Esses autores propõem-se a intensificar as relações entre homens cultos e trabalhadores, de forma a estimular pesquisas e descobertas úteis para todos. Nenhum deles pressente que seu esforço para pensar e escrever sobre as técnicas em termos racionais e científicos conduzirá por sim a um resultado oposto às suas intenções: os conhecimentos incorporados às máquinas-ferramentas irão minar o artesanato que combina com sucesso o domínio manual e o conhecimento intelectual. (...) Em lugar da colaboração na igualdade entre "artes liberais" e "artes mecânicas" desejada, dirigimo-nos rumo a um deslocamento na oposição hierárquica entre manuais e intelectuais (PETITAT, 1994, p. 137).

Para a efetivação da omnilateralidade humana, o tempo livre é essencial para se desenvolver todas as potencialidades físicas e mentais. Homero, Platão e Aristóteles defendiam o "ócio produtivo" para a concretização do ser completo, ou seja, na realização pedagógica das artes do falar e do fazer. No contexto da sociedade escravagista da Antiguidade Clássica, a realização das duas artes se dava na preparação do corpo para a guerra e da retórica para a política. Com o advento e emergência do catolicismo, houve uma cisão da omnilateralidade em função da abominação do culto ao corpo. Assim, a concepção de desenvolvimento humano pleno do ponto de vista do corpo e da subjetividade, teve o seu fim.

O desenvolvimento da escola na sociedade burguesa não conseguiu combinar a formação intelectual e física com o trabalho produtivo. O que torna a situação ainda mais crítica é que, somada à separação das artes do falar e do fazer, o capital domina todas as relações sociais como nunca se viu, coisificando as pessoas e exigindo de nós, portanto, reflexões cada vez mais apuradas. A atenção quanto aos ditames do capitalismo se torna necessária quando nos deparamos, por exemplo, com preposições que na aparência podem até suscitar uma preocupação democrática com a educação, mas que em sua essência visam desumanizar e mutilar a omnilateralidade das pessoas. Tal como ficou patente com a neoliberal proposta de financiamento educacional de Milton Friedman.

Em função das constantes investidas do capital a fim de mutilar o ser humano, percebe-se que a luta contra esse forte poder argumentativo dos teóricos capitalistas é difícil de ser vencida e que "não é por nada que Marx tem sido, por excelência, o crítico da unilateralidade real e o teórico da omnilateralidade possível do homem. Dele nos vem uma grande lição de humanidade" (MANACORDA, 1987, p. 14).

Com esse olhar acurado que devemos ter com a educação, não precisamos ir muito longe para encontrar um contraponto viável ao anti-humanismo neoliberal de Friedman. Na proposta humanista expressa na *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, encontramos as bases para uma prática pedagógica que realmente proporciona igualdade de oportunidades. O que entendemos neste texto como omnilateralidade, designando o falar e o fazer, a dialética do binômio subjetividade-objetividade, Freire nomeia como práxis. Esse mesmo autor escreve que “práxis é a reflexão e a ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 1979, p. 40) e que, sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. Diz que os opressores criam distorções sobre os fatos reais (a substituição da escravidão pela “escravidão parcial”, como propõe Friedman, é um bom exemplo) pra justificar a sua ação, retirando as bases para um entendimento real da situação.

Freire ressalta durante todo o primeiro capítulo que não é possível a superação da dicotomia opressor-oprimidos sem que os oprimidos se insiram criticamente na realidade em que vivem. Mostra que o oprimido tem introjetado em si o opressor e que, para se libertar da opressão que sofre, este deve reconhecer a existência deste regime que lhe nega a humanidade. A partir do momento em que o opressor é descoberto os oprimidos têm a força para, através da ação, libertarem-se. Destarte, Freire aponta que apenas a revolução pode destruir a contradição opressor-oprimidos, mas somente se o saber resultante da ação for objeto de uma reflexão crítica, ou seja, quando a práxis se efetivar, quando o ser humano recuperar a sua omnilateralidade.

(...) se o momento já é o da ação, esta se fará autêntica práxis se o saber dela resultante se faz objeto de reflexão crítica. Neste sentido, é que a práxis constitui a razão nova da consciência oprimida e que a revolução, que inaugura o momento histórico desta razão, não possa encontrar viabilidade fora dos níveis da consciência oprimida (FREIRE, 1979, p. 57).

A esse respeito, Marx elucida que a educação do futuro:

(...) conjugará o trabalho produtivo de todos os meninos além de uma certa idade com o ensino e a ginástica, constituindo um método de elevar a produção social e de único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos (MARX, 1984, p. 554).

CONCLUSÃO

Ao analisarmos as duas propostas apresentadas, fica claro que aquela que traz o termo opressão em seu título luta pela liberdade e a outra que traz a liberdade em seu enunciado, na verdade intenta oprimir. Contudo, ainda resta uma dúvida (ou uma certeza): se na obra humanista de Paulo Freire que propõe uma revolução que restabeleça a práxis (a omnilateralidade, nas

palavras de Homero, Platão, Aristóteles, Marx, etc.) para tornar os humanos seres livres da opressão, encontramos elementos suficientes para justificar o título da obra *Pedagogia do Oprimido*, como então uma proposta, tal qual a de Milton Friedman, que apenas visa coisificar o indivíduo, mutilar a sua omnilateralidade e torná-lo um “escravo parcial”, justifica o título *Capitalismo e Liberdade*?

REFERÊNCIAS

- FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.12, n.26, p.635-46, jul./set. 2008.
- FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23ª ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Trad. de Luciana Carli. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MANACORDA, Mário. **Humanismo de Marx e industrialismo de Gramsci**. Tradução: Paolo Nosella. São Carlos: PPGE/UFSCar, 1987. (texto datilografado).
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Trad. Reginaldo Sant’Anna. 9 ed. São Paulo: DIFEL, 1984. v. 1.
- PETITAT, A. **A produção da escola, produção da sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- SHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Trad. de P. S. Werneck. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.